

Desenvolvimento na composição das ideias nacionalistas do Estado Novo no Brasil (1937-1945)

*Bruna Lima**

Programa de Pós-graduação em História
(PPGH - Universidade Federal de Santa Maria, UFSM)

BRASIL

bruna.lima90@hotmail.com

Maria Medianeira Padoin

Programa de Pós-graduação em História
(PPGH - Universidade Federal de Santa Maria, UFSM)

BRASIL

mmpadoin@gmail.com

Resumo:

Este trabalho envolve algumas das questões que estão sendo pesquisadas no decorrer do curso de Doutorado em História, da Universidade Federal de Santa Maria e possui financiamento CAPES. Entre tais questões, objetiva-se compreender as principais ideias desenvolvimentistas que permearam o governo de Getúlio Vargas, durante o Estado Novo (1937-1945) e como as suas principais críticas foram sendo construídas ao longo do tempo. Este tema merece devida atenção, pois ajuda a entender como as ideias nacionalistas eram concebidas no período, a partir do que estava sendo pensado como desenvolvimento e como tais concepções eram utilizadas em prol das ações do governo na época, no âmbito político e econômico, principalmente. Esta análise inclui um referencial teórico restrito não apenas a aspectos econômicos, mas também com uma análise do caráter das políticas externas empreendidas neste período, que envolveram o Brasil com os Estados Unidos, com a Alemanha e com alguns dos países Latino-Americanos, tendo em vista que desenvolvimento e nacionalismo possuíam uma estreita relação com as políticas estabelecidas com estes países.

Palavras-chave: Desenvolvimento; Nacionalismo; Estado Novo.

INTRODUÇÃO

Este trabalho envolve parte de uma pesquisa que vem sendo desenvolvida na Linha de Pesquisa Fronteira, Política e Sociedade, do Curso de Doutorado em História do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Santa Maria e possui financiamento DS/CAPES. Na reunião anterior da AUGM foi apresentado uma análise que vai desde a Crise de 1929 no contexto geral e a eclosão do Movimento de 1930 no Brasil, na qual o governo brasileiro passou a refletir sobre alternativas para superação de um modelo econômico agroexportador, que minimizasse os efeitos da crise e ao mesmo tempo criasse alternativas para o desenvolvimento econômico. Além disso, algumas ideias relacionadas a continuidade de uma política de caráter desenvolvimentista, até o período que ficou conhecido como Estado Novo no Brasil (1937-1945) e a possibilidade de entrada de algumas empresas multinacionais no Brasil.

Já para esta reunião, os aspectos da política econômica adotada pelo governo brasileiro, durante o Estado Novo foram aprofundados, além de alguns elementos que tratam da política externa brasileira neste mesmo período, vinculadas sobretudo a estas ideias de desenvolvimento. A ideia central do trabalho seria justamente demonstrar como algumas das principais ideias de caráter desenvolvimentista estavam presentes no mencionado período e como elas conduziam e também refletiam nas relações que o governo estabelecia com outros países, no caso mais específico deste trabalho Alemanha e Estados Unidos.

DESENVOLVIMENTO COMO ELEMENTO DA POLÍTICA ECONÔMICA BRASILEIRA DURANTE O ESTADO NOVO

A partir de 1930, tal como foi demonstrado no trabalho apresentado na última reunião, inaugurou-se no Brasil uma fase na qual se buscou a “reordenação do sistema produtivo” (Pesavento, 1997: 104), através do processo de transição de um modelo econômico agrário-exportador para um urbano-industrial, mesmo que ainda dependente. Com esta iniciativa, o Brasil passaria a industrializar parte daquilo que produzia, de forma a não depender exclusivamente de um mercado externo, rompendo de certa maneira, com parte da lógica que lhe fora conferida desde o processo colonizador.

Essa mudança foi oportunizada tendo em vista o que estava ocorrendo no cenário mundial, pois foi justamente durante este período que o mundo passou a vivenciar os efeitos da crise deflagrada com a quebra da Bolsa de Nova York, em 1929. Sob efeito da crise, o Brasil se deparou com dificuldades, não só para encontrar mercado para os seus produtos, como também

para importar o que necessitava. Diante desta situação adversa, o Governo Brasileiro precisou encontrar alternativas que revertessem parte dos efeitos da crise, sendo que uma delas foi a diversificação da economia, através do estímulo a produção de outros produtos agrícolas para a exportação, assim como a industrialização. Esta constatação também foi esboçada por Sandra Jatayh Pesavento (1997: 104-105):

O novo governo teve de enfrentar, em caráter de emergência, os problemas que afetavam a economia brasileira. A crise do café não representava apenas uma conjuntura de superprodução do principal produto do país. Revelava, fundamentalmente, a falência de todo um modelo de desenvolvimento do capitalismo baseado na agroexportação. A crise de 29, atingindo em cheio a economia brasileira, veio demonstrar a necessidade de reordenação do sistema produtivo nacional. Era preciso que se eliminasse a dependência quase que absoluta, de toda a economia do país, de um só produto de exportação. Isso não queria dizer que o café não merecesse mais atenção, pois continuava a ser o principal produto, sustentáculo do país. Entretanto, ao lado da continuidade de uma política de proteção ao café, o governo pós-30 teve de auxiliar também a produção das economias periféricas, também afetadas pela crise de 29.

Com o incentivo e a difusão da indústria, o Brasil passaria a não depender exclusivamente do mercado externo, seja para exportar ou importar. Assim, de certa maneira, a crise de 1929 serviu como um sinal de alerta para o governo, no sentido de demonstrar o esgotamento que o modelo agrário-exportador representava frente a uma economia que passava a se configurar em um formato mais internacionalizado, de forma que um “projeto industrializante, por meio de um pensamento desenvolvimentista, passou a figurar como uma constância na política dos governos deste período em diante” (Ribeiro, 2013: 21).

Politicamente, pode-se considerar que até 1930 o Brasil era dominado por uma burguesia agrária e cafeeira, mas que logo passou a perder parte de seu espaço a partir da crescente inserção de uma nova categoria de industriais na política brasileira. Cabe ressaltar, no entanto, que no Brasil esta transformação não ocorreu de forma tão imediata. Isso porque

não se deve negligenciar a presença da continuidade e da permanência. No país não ocorreu uma ruptura brusca que ensejasse tais transformações aos moldes clássicos de revolução “burguesa” ou “social”. As mudanças deram-se sem alterar a estrutura fundiária, e a questão da propriedade foi mencionada apenas dentro de estreitos limites. As desigualdades regionais persistiram e até se aprofundaram (Fonseca, 2004: 25).

Uma das figuras políticas que simbolizou o fim da tradicional política, na qual as “oligarquias” de São Paulo e Minas Gerais se alternavam na presidência, e que passou a ganhar um significativo destaque no cenário nacional, foi Getúlio Vargas. Com a sua chegada a Presidência, aumentaram as expectativas de uma maior representatividade não só do Rio Grande do Sul, como também de outros estados que se sentiam prejudicados com a forma como era organizada a política nesse período. No entanto, novamente isso não ocorreu de maneira tão simples, pois a tradicional classe dominante não aceitou perder seu espaço e parte do poder político que exercia.

A respeito deste período, a tentativa de integração do centro do País com as áreas periféricas, proposta por Vargas e que carregava consigo, as ideias de nacionalismo, sob os mais variados aspectos. Ou seja, a partir das ideias de criação de uma identidade nacional, estas regiões passariam a “conversar” entre si. A esta ideia de criar uma identidade nacional estava vinculada também a tentativa de difusão de um projeto de modernização econômica, que poderia de fato inserir o País no que poderia ser definido como uma nova ordem mundial, na qual os países industrializados estariam mais bem colocados, até o referido momento. Também através deste ideário de modernização e de progresso econômico, o Governo almejava uma forma de centralizar o poder, de forma a neutralizar o domínio que as “oligarquias” regionais mantinham.

Embora o Governo tenha conseguido “conciliar” os interesses entre industriais e a “oligarquia” agro-exportadora, crises contínuas, a partir de 1932, abalaram esta relação. Foi nesse momento que “os industriais perceberam que precisavam de uma liderança forte para conseguir disciplinar o esforço nacional e para impor e administrar sacrifícios regionais e de classe apropriados para a consolidação da Sociedade industrial” (Dreifuss, 1987: 21). A consolidação desse modelo viria, portanto, através de uma reorganização, que se deu em 1937, com o Estado Novo. Durante o referido período, a centralização política se acentuou ainda mais, juntamente com a ideia de industrialização englobada em uma perspectiva modernizante, consolidando a intervenção do Estado na economia (Pesavento, 1997).

De acordo com Dreifuss (1987), foi durante o Estado Novo que o Brasil vivenciou o seu primeiro estágio da nacionalização formal da economia. Isso se deu, basicamente, com a criação de empresas estatais, autarquias mistas e o estabelecimento do controle nacional sobre certas áreas de produção estratégicas, como por exemplo, a mineração, o aço e o petróleo. Durante esse período, merece destaque a entrada do Brasil na II Guerra Mundial e, mais especificamente a decisão de qual grupo apoiar no conflito.

Historicamente, como já foi demonstrado no trabalho da reunião anterior, Brasil e Alemanha estabeleceram relações, expressas principalmente por tratados, acordos comerciais, concessões de créditos, desenvolvimento de indústrias no Brasil, etc. De acordo com Bandeira (2011), em 1935, por exem-

plo, em função de marcos de compensação, a Alemanha superou os Estados Unidos e atingiu o primeiro lugar como fornecedora do Brasil. Isso, segundo o autor, ocorreu devido diversos fatores, sendo que “um deles foi o fato de contar com importantes conexões no Brasil, onde 100 mil alemães de primeira geração [Reichsdeutsche] e 800 mil alemães-brasileiros [Volksdeutsche], a representarem cerca de 3% da população (pouco mais de 30 milhões de habitantes na primeira metade dos anos 1930), formavam próspero mercado de consumo”, além de muitos deles “possuíam tradicionais e sólidas empresas que participavam ativamente da economia e do comércio exterior brasileiros” (Bandeira 2011: 64).

Os marcos compensatórios, por exemplo, podem ser caracterizados como uma estratégia alemã para garantir um mercado protegido e ao mesmo tempo assegurar o desenvolvimento, logo após a crise de 1929. Para o Brasil, esta estratégia era viável, ao passo que o país possuía carência de divisas de moedas estrangeiras, além de ao mesmo tempo, ampliar mercados para a exportação de produtos primários (Rahmeier, 2009). Ou seja, a “Alemanha imprimiu uma agressiva política comercial e de propaganda ideológica na região, que chegou a ameaçar a posição dos EUA e sobrepujou, em vários países, a posição comercial da Grã-Bretanha”, sendo que, “os acordos de comércio bilateral, baseados em marcos de compensação, foram a fórmula encontrada pelos alemães para intensificar o comércio exterior em uma situação de carência de moedas fortes” (Corsi, 2000: 51-52).

Até 1942, Brasil e Alemanha vivenciaram momentos de proximidade e conflito, enquanto que até o mesmo período, era intensa a tentativa de os Estados Unidos manter a América Latina como sendo sua grande área de influência, ao passo que a região era sua principal fornecedora de produtos primários, além de grande consumidora de seus produtos. Com isso, o governo Roosevelt procurou incrementar ainda mais a política de “Boa Vizinhaça”, visando garantir e “intensificar o relacionamento político, militar e econômico tendo em vista assegurar a influência e liderança junto aos países latino-americanos” (Corsi 2000: 53).

Diante deste contexto, a postura de neutralidade adotada pelo governo brasileiro, gerava uma posição supostamente favorável ao país, no sentido de que o governo poderia extrair dela benefícios de ambos os lados. Tal ideia foi explicitada no trabalho de diversos autores, entre eles, Amado Luiz Cervo, que destacou que “Vargas julgava a neutralidade conveniente aos interesses que perseguia no exterior, o comércio, o aparelhamento das forças armadas e a colaboração para a implantação da indústria pesada. Manobrou politicamente enquanto foi necessário para atingir resultados e depois cedeu às ideias de Aranha, quando os Estados Unidos garantiram a satisfação daquelas necessidades do país” (Cervo, 2011: 244).

Apesar deste posicionamento já ser um tanto quanto aceito na historiografia, de uma forma geral, é importante não esquecermos que os sujeitos estavam agindo dentro de um contexto incerto, no qual existiam diferentes possibilidades de escolhas, de ação, nada estava tão definido como muitas vezes se aparenta. Ou seja, devemos ter um certo cuidado para não fazermos uma análise pensando que os agentes possuíam clareza dos resultados de suas ações, ao contrário, devemos procurar compreender o universo de possibilidades disponíveis durante o período estudado e como os agentes lidavam com estas possibilidades e faziam suas escolhas. Assim, a própria posição de neutralidade, que muitas vezes parece tão planejada pode ser repensada, a partir, justamente da existência deste universo de possibilidades, que não garantiam que as escolhas seriam as mais acertadas.

Em 1939, ocorreu uma tentativa de reaproximação entre Brasil e Alemanha, tentativa defendida por Getúlio Vargas, pois o mesmo acreditava que o governo dos Estados Unidos teria uma posição oposta em relação a industrialização do Brasil, enquanto que a Alemanha já havia sinalizado incentivo a ações do governo que tivessem este fim. Dessa forma, Getúlio Vargas “tratou de negociar com a Krupp, da Alemanha, a implantação da siderúrgica no Brasil” (Bandeira, 2011: 72).

Os Estados Unidos, temendo a aproximação entre os dois países, passou a conceder crédito para a construção da siderúrgica de Volta Redonda, mas em contrapartida, o Brasil teria que permitir a instalação de bases militares norte-americanas ao longo do litoral. Todavia, apesar desta concessão, o Brasil não queria deixar de continuar comercializando e estabelecendo acordos com a Alemanha, pois almejava extrair benefícios de ambos os lados, ou seja, “Vargas prosseguia, com seu jogo. Seu fim eram os suprimentos externos para os objetivos de governo que havia traçado” (Cervo, 2011: 229).

A suposta posição de neutralidade, adotada pelo Brasil, foi deixada de lado em 1942 pelo apoio aos Estados Unidos. A partir deste momento, mesmo tentando não se envolver diretamente no conflito, o governo brasileiro “não teve alternativa senão também passar as ações de guerra econômica, contrária aos interesses de muitos setores nacionais, aplicando a Black List, imposta, como em 1917-1918, pela Grã-Bretanha e pelos Estados Unidos, com o objetivo de eliminar os investimentos da Alemanha no Brasil” (Bandeira, 2011: 74-75).

A questão que envolve nacionalismo e desenvolvimento econômico, foram uma das questões mais evidentes e marcantes deste período e que, apesar das controvérsias, teriam norteado as principais ações do governo, ao mesmo tempo em que serviam como um instrumento para dar legitimidade ao mesmo. Além disso, identificava-se no discurso de Vargas, durante o Estado Novo, a vinculação do desenvolvimento econômico à superação da miséria e à consolidação da unidade nacional, pois ambas só estariam asseguradas com a expansão da economia (Corsi, 2000). Expansão, que através desta

perspectiva só seria possível com um governo centralizado, tanto na política, como na economia.

A consolidação de uma nação forte compunha parte deste discurso, como um dos elementos principais no que se refere a uma centralização política e econômica. Além disso, a consolidação da nação também “justificaria a existência do regime ditatorial e a necessidade de uma política econômica capaz de desenvolver o país de forma harmônica” (Corsi, 2000: 76). Nesse sentido, foi durante o Estado Novo que se pensou de forma mais objetiva em deixar efetivamente para traz uma tradição colonialista, de um Brasil apenas exportador de matérias-primas, para um Brasil mais independente.

Esta ideia já havia sido pensada na década de 1930, principalmente a partir da Crise de 1929, que fez com que o Brasil buscasse alternativas para se recuperar diante da falta de mercados para o café, mas, no entanto, começou a ser concretizada de forma mais efetiva, apenas durante o Estado Novo. Houve então, um aprofundamento da tendência centralizadora da economia, iniciada no limiar da década de 1930, juntamente com uma apologia ao Estado, que teria por finalidade “alcançar o desenvolvimento econômico” (Fonseca, 1999: 256).

Ricardo Seitenfus (2003) destacou que com os efeitos da crise de 1929, apesar de o governo não desenvolver na prática uma política econômica muito diferente da que desenvolvia antes de 1930, a Aliança Liberal havia sinalizado que seria necessário a instalação de uma indústria de Base no Brasil. O autor destaca que não chega a se ter neste período uma política industrial especificamente, mas que, no entanto, a ideia de desenvolvimento industrial já começa a aparecer, até mesmo relacionado a segurança nacional, pois seria “impossível alcança-la de maneira autárquica, este elemento fundamental do programa da AL incidirá sobre a política externa brasileira após 1930. Destaca-se aqui a preocupação de modernizar os equipamentos militares dos quais dispunha o país” (Seitenfus, 2003: 4).

Além de segurança nacional a intervenção do Estado na economia se acentuou ainda mais, em função da crise gerada com o início Segunda Guerra Mundial, neste caso, “aumentou consideravelmente o peso do Estado na economia: continuou a intervenção na política cafeeira – embora transferida do controle paulista para o controle do governo federal – e multiplicaram-se as iniciativas estatais no domínio da economia, inicialmente no terreno normativo” (Abreu, 2013: 179).

Na tentativa de melhor refletir a respeito de conceitos e aspectos inerentes ao desenvolvimento, buscou-se em Luiz Carlos Bresser (2006) uma referência. Ele fez um apanhado referente a história deste conceito, destacando que o mesmo se apresenta como um processo de “sistemática acumulação de capital e de incorporação do progresso técnico ao trabalho e ao capital que leva ao aumento sustentado da produtividade ou da renda por habitante e, em conse-

quência, dos salários e dos padrões de consumo de uma determinada sociedade” (Bresser Pereira, 2006: 2). Porém, isso não significa, necessariamente, que as taxas de desenvolvimento são iguais para todos, pois isso depende da capacidade das nações utilizar seus Estados para formular estratégias nacionais de desenvolvimento, a fim de lhes permitir serem bem sucedidas na chamada competição global (Bresser Pereira, 2006). Com a globalização e a abertura de todos os mercados que essa concorrência se tornou clara, “mas desde a revolução capitalista o desenvolvimento econômico se tornou um objetivo político central das nações” (Bresser Pereira, 2006: 3).

Dentro desta perspectiva, durante o período correspondente ao Estado Novo, a tentativa de integração do centro do País com as áreas periféricas, proposta por Vargas e que carregava consigo, as ideias de nacionalismo novamente precisam ser destacadas. Ou seja, a partir das ideias de criação de uma identidade nacional, estas regiões passariam a “conversar” entre si. A esta ideia de criar uma identidade nacional estava vinculada também a tentativa de difusão de um projeto de modernização econômica, que poderia inserir o País no que poderia ser definido como uma nova ordem mundial, na qual os países industrializados estariam mais bem colocados, até este momento. Também através deste ideário de modernização e de progresso econômico, o Governo almejava uma forma de centralizar o poder, de forma a neutralizar o domínio que as “oligarquias” regionais ainda mantinham. Neste caso, a centralização política se acentuou ainda mais, juntamente com a ideia de industrialização englobada em uma perspectiva modernizante, consolidando a intervenção do Estado na economia (Pesavento, 1997), tal como já havia sido destacado anteriormente. Observa-se a partir do que foi expresso, que o conceito de desenvolvimento abrange diferentes setores da sociedade, apresentando implicações não só relacionadas a economia, mas abrangendo também as esferas política, social e cultural.

Cabe destacar que a existência de um projeto desenvolvimentista, com raiz no Estado Novo ou até antes dele não é consenso na historiografia, isso porque, para alguns autores uma política de fato desenvolvimentista teria sido estabelecida de fato apenas a partir da criação da Comissão Econômica para a América Latina (CEPAL), em 1948. Porém, acredita-se que dentro do contexto, das possibilidades e limitações existentes no período, Vargas conduziu durante o Estado Novo uma política de caráter desenvolvimentista, mesmo que ainda não muito sistematizada.

Foi com o Estado Novo que a política externa passou a pautar-se por um projeto de desenvolvimento. Esse enfoque remete a discussão da controversa existência e natureza de um projeto nacional. O projeto de desenvolvimento de Vargas não pode ser concebido como um plano acabado, com

metas, mecanismos de financiamento e órgãos de controle e coordenação de programas formalmente definidos, pois não existia à época algo nesses moldes. O projeto de Vargas, que compreendia uma série de programas formulados à medida que os problemas se iam colocando, consiste em um processo redefinido constantemente pela injeção de fatores políticos, sociais e econômicos internos e externos; projeto que, no entanto, não chegou a adquirir feições definitivas mesmo ao final do Estado Novo. Ainda assim, pode-se denominá-lo “projeto” tendo em vista que os programas que o compunham apontavam na direção de um desenvolvimento baseado no mercado interno e na indústria, expressando assim uma estratégia política norteadora da ação governamental (Corsi, 2000: 16).

Para além do Estado Novo, as ideias desenvolvimentistas continuaram permeando a política brasileira de formas distintas ao longo da história, mas durante o período de Ditadura Civil-militar, iniciada com o Golpe de 1964, esta ideia voltou a ser ainda mais acentuada, tomando uma forma semelhante, com a analisada até o presente momento. Ou seja, uma forma caracterizada essencialmente pela centralização política e pelo intervencionismo do Estado na economia.

CONCLUSÃO

Procurou-se, no decorrer deste trabalho, situar de maneira geral de que forma algumas das ideias desenvolvimentistas estavam presentes nas ações do governo, sejam relacionadas a política econômica ou mesmo a política externa. Importante de destacar que este trabalho compreende uma pequena parte de uma pesquisa que está sendo elaborada no curso de Doutorado em História, do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Santa Maria, e pretende levantar alguns dados historiográficos para a construção da pesquisa.

Esta questão que envolve políticas desenvolvimentistas é interessante de ser abordada, tendo em vista a diversidade de perspectivas que o mesmo gera entre os pesquisadores que se dedicam a este tema. Somado a isso, também é importante destacar que ao observar a bibliografia que dista sobre esta temática, principalmente ao que se refere ao contexto que envolve a entrada do Brasil na II Guerra Mundial, é possível observar que ainda existem muitas questões que precisam ser estudadas e reanalisadas, tal como destacou Ricardo Seitenfus (2003: 15) ao mencionar que ainda existem muitas “zonas nebulosas quanto às circunstâncias que conduziram a entrada do Brasil” na Segunda Guerra Mundial.

NOTA

- * Bolsista CAPES. (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior, Brasil)

REFERÊNCIAS

- ABREU, Marcelo de Paiva (2013): O Processo Econômico. En GOMES, A. M. de C. (Ed.), *Olhando para Dentro: 1930-1964*, Rio de Janeiro, Objetiva, pp. 179-228.
- BANDEIRA, Luiz Alberto Moniz (2011): *O 'Milagre Alemão' e o desenvolvimento do Brasil (1949-2011)*, São Paulo, UNESP.
- BRESSER-PEREIRA, Luiz C. (2007): "O conceito histórico de desenvolvimento econômico", *Textos para discussão*, Escola de Economia de São Paulo da Fundação Getúlio Vargas; disponível em [<http://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/bitstream/handle/10438/1960/TD170.pdf?sequence=1>].
- CORSI, Francisco Luiz (2000): *Estado Novo: política externa e projeto nacional*, São Paulo, Editora UNESP - FAPESP.
- DREIFUSS, René Armand (1987): *1964: a conquista do Estado. Ação política, poder e golpe de classe*, Petrópolis, Vozes.
- FONSECA, Pedro Cezar Dutra (2004): "Gênese e precursores do desenvolvimentismo no Brasil", *Pesquisa & Debate*, São Paulo, 15, 2 (26), pp. 225-256.
- FONSECA, Pedro Cezar Dutra (1999): *Vargas: o capitalismo em construção 1906-1954*, São Paulo, Brasiliense.
- PESAVENTO, Sandra Jatthy (1997): *História do Rio Grande do Sul*, Porto Alegre, Mercado Aberto.
- RAHMEIER, Andrea Helena Petry (2009): "Relações diplomáticas e militares entre a Alemanha e o Brasil: da proximidade ao rompimento (1937-1942)", Tese Doutorado em História, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Rio Grande do Sul.
- RIBEIRO, Mikelli Marzzini Lucas Alves (2013): "O Nacionalismo na Economia Política Internacional: Um Estudo Sobre o Caso Brasileiro de 1930-60", *Relações Internacionais no Mundo Atual*, 1, pp. 17-25.
- SEITENFUS, Ricardo (2003): *O Brasil vai à guerra: o processo do envolvimento brasileiro na Segunda Guerra Mundial*, Barueri, Manole.